



NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Petição n.º 424/XII/3.ª

ASSUNTO: Preservação da integridade da Fábrica do Inglês/Museu da Cortiça de Silves

Entrada na AR: 4 de setembro de 2014

Nº de assinaturas: 325

1º Peticionário: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

Introdução

A [Petição n.º 424/XII/3.ª](#) deu entrada na Assembleia da República em 4 de setembro, como petição *on-line* e baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura no dia 11, na sequência do despacho do Vice-Presidente do Parlamento.

Está em causa a remessa da petição pública [“Preservação da integridade da Fábrica do Inglês/Museu da Cortiça de Silves como valor cultural industrial/corticeiro”](#).

I. A petição

1. Os peticionários, realçando o papel de Portugal como o maior produtor de cortiça a nível mundial e a busca de um significativo desenvolvimento económico, solicitam:
 - 1.1. “Que os Deputados manifestem junto dos proprietários e dos membros do Governo competentes a preocupação pelo destino e preservação deste importante património”;
 - 1.2. “Apoiem a candidatura do espólio móvel e integrado do Museu da Cortiça a património de interesse público, processo desencadeado pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial”.
2. Para o efeito, referem o seguinte:
 - 2.1. O Museu da Cortiça de Silves foi instalado numa antiga fábrica de rolhas, tendo sido inaugurado em 1999;
 - 2.2. Foi reconhecido internacionalmente com o prémio de melhor museu industrial do ano de 2001;
 - 2.3. Durante os 10 anos em que esteve aberto – de 1999 a 2009 – foi um dos museus nacionais mais visitados, com resultados na imagem do país e da região na área temática e económica da cortiça;
 - 2.4. O Museu e a fábrica estão encerrados desde 2009 e foram vendidos em leilão público em 2014, tendo o imóvel sido adquirido pela Caixa Geral de Depósitos e o espólio museológico por um grupo privado ligado ao ramo da distribuição alimentar;
 - 2.5. O proprietário do espólio museológico não garante a sua manutenção no imóvel (propriedade da Caixa Geral de Depósitos) e a deslocação para outro local retirar-lhe-á parte do seu valor patrimonial;
 - 2.6. O Museu da Cortiça é indissociável do espaço da fábrica que ocupa;
 - 2.7. A Assembleia da República tem vindo a manifestar preocupação com este património, tendo nesse sentido sido aprovada por unanimidade a [Resolução](#)

[129/2010](#), que Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a proteção do Museu da Cortiça.

II. Análise da petição

1. O objeto da petição está especificado e o texto é inteligível.
2. Dado que está em causa a remessa duma petição pública que se encontra em subscrição – que tinha 325 subscritores na data da entrada e tem agora 849 –, foi solicitada a remessa da lista de subscritores, devidamente identificados, informando-se ainda que no prazo de 30 dias poderiam atualizar a respetiva lista.
3. Em resposta, o representante da Associação informou que “a Petição Pública lançada pela APAI - Arqueologia Portuguesa de Arqueologia Industrial corre os trâmites normais e que oportunamente, depois da recolha de assinaturas de acordo com a legislação em vigor, será enviada para Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia da República, pelas vias normais”.
4. Para se clarificar cabalmente a situação, tendo em vista dar por finda a petição em causa e proceder ao seu arquivamento, foi solicitado que “esclareça se desiste da Petição n.º 424/XII/3.^a e aguardará a recolha de mais assinaturas pela petição pública para depois enviar a petição com um número superior de subscritores ou se pretende que seja dada já sequência a esta petição, podendo indicar os subscritores que venham a verificar-se até 30 dias após a admissão da petição”.
5. Indicou-se ainda qual a tramitação aplicável às petições, consoante o respetivo número de subscritores.
6. Em resposta, o representante da Associação informou que “por decisão associativa se desiste da Petição n.º 424/XII/3.^a, dado que se está a aguardar maior número de assinaturas, que corre atualmente na internet, on-line e que já ultrapassam o número de assinaturas registadas pelos vossos serviços. Mais informamos que quando estivermos com maior número de assinaturas procederemos à sua reinscrição”.
7. Nesta sequência e dado que a Associação enviará nova petição num momento posterior, propõe-se que seja declarada finda a Petição n.º 424/XII/3.^a e se proceda ao seu arquivamento, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei de Exercício do Direito de Petição/LDP, Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto.

III. Conclusão

Na sequência da desistência do peticionário, propõe-se que seja declarada finda a [Petição n.º 424/XII/3.^a](#) e se proceda ao seu arquivamento.

Palácio de S. Bento, 2014-9-18

A assessora da Comissão

Teresa Fernandes

ATA NÚMERO 209/XII/4.^a SL

23.setembro.2014 – 15h00

Aos 23 dias do mês de setembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 414/XII/3^a da iniciativa Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Coimbra – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - Distrito de Coimbra -15h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Rui Pedro Duarte - PS

5. Projeto de Lei n.º 628/XII/3^a (PCP) - Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer:** Heloísa Apolónia - PEV

6. Petição n.º 403/XII/3^a da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Castelo Branco

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado Relator:** Michael Seufert - CDS-PP

7. Petição n.º 407/XII/3^a da iniciativa da APEPN - Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica e Jardim de Infância Parque das Nações, Solicitam a construção urgente da 2.^a fase da Escola Parque das Nações.

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputada Relatora:** Isilda Aguincha - PSD

8. Petição n.º 417/XII/3^a da iniciativa de Toni Leitão Duarte, Contra o encerramento da EB1 da Portela, Tentúgal, em Montemor-o-Velho

- **Apreciação e votação do Parecer**
- **Deputado Relator:** Luis Fazenda - BE

9. Petição n.º 423/XII/3^a da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro, que solicitam a anulação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a):** PEV

10. Petição n.º 424/XII/3.^a, da iniciativa da Associação de Arqueologia Industrial, visando a salvaguarda do Museu da Cortiça

- **Apreciação da nota de admissibilidade**

11. **Projeto de Resolução n.º 1099/XII, do PCP**, Recomenda ao Governo a anulação dos efeitos do processo de avaliação das unidades de I&D realizado pela FCT

- **Discussão em Comissão**

12. **Projeto de Resolução n.º 1102/XII, do PCP**, Assegura que nenhum professor é penalizado ou prejudicado em concurso de colocação em virtude da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades e garante a atribuição de componente letiva a todos os docentes dos quadros, contribuindo para uma Escola Pública de Qualidade.

- **Discussão em Comissão**

13. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência**, para clarificar os contornos e procedimentos do concurso de colocação de docentes contratados, bem como todas as matérias relativas ao arranque do ano escolar.

- **Apreciação e votação**

14. **Relatório de atividades da CECC, referente à 3.ª sessão legislativa**

- **Apreciação e votação**

15. **Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual**, na Assembleia da República em 2014.

- **Apreciação e deliberação**

16. **Fórum da Juventude Europa-Lusofonia** a realizar na Assembleia da República dia 10 de outubro de 2014, pelas 17h00

- **Designação de deputados**

17. **Outros assuntos**

18. **Data da próxima reunião**

30 de setembro de 2014

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) solicitou a antecipação da discussão do ponto 13 da OD para o início da reunião e a Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) endereçou um pedido no mesmo sentido, relativamente ao ponto 13, tendo ambos sido aceites.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade.

2. **Aprovação de ata**

A ata n.º 208, relativa à reunião de 16 de setembro de 2014, foi aprovada por unanimidade.

3. **Projeto de Lei n.º 628/XII/3ª (PCP)** - Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

4. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Ministro da Educação e Ciência, para clarificar os contornos e procedimentos do concurso de colocação de docentes contratados, bem como todas as matérias relativas ao arranque do ano escolar.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) apresentou o requerimento, afirmando que o pedido de desculpas do Ministro da Educação e Ciência não é suficiente e que se impõe a sua vinda à Comissão, para prestar esclarecimentos sobre os contornos e a dimensão do problema relativo ao concurso de colocação de professores, dado que as dificuldades persistem.

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) disse associar-se ao requerimento do PS, por entender que o Ministro da Educação e Ciência, aquando da presença no Plenário, deixou para a última intervenção a assunção do erro, não tendo os Deputados tido oportunidade de o questionar sobre as soluções para esta questão específica.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) negou a ideia de caos na abertura do ano letivo, invocando que 99% das escolas abriram no período previsto, que 99% das necessidades foram supridas, que se registou uma redução dos horários zero e um maior número de professores vinculados. Lembrou que o Ministro da Educação e Ciência indicou uma data previsível para a correção do erro e que poderão ser prestados todos os esclarecimentos aquando da sua primeira audição regimental na Comissão, prevista para o dia 14 de outubro.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) considerou que o Ministro da Educação e Ciência não esclareceu o problema, tendo apenas reconhecido o erro, e referiu que a audição regimental não permite uma discussão aprofundada sobre esta questão em concreto, que é da maior gravidade.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o PSD e o CDS-PP já devem ter-se arrendido de terem requerido o debate em Plenário com o Ministro da Educação e Ciência.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) disse acompanhar o requerimento do PS, por entender que o Ministro da Educação e Ciência deve assumir a responsabilidade política pelos erros detetados, que fomentam a instabilidade nas escolas, e que deve prestar esclarecimentos numa audição específica para o efeito. Afirmou ainda desconhecer os dados invocados pelo Ministro, por exemplo no que se refere à percentagem de necessidades supridas, pelo que se impõe conhecer o universo estudado.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que esta questão preocupa o seu Grupo Parlamentar, lembrando, no entanto, que nenhum aluno está sem professor por via da Bolsa de Contratação de Escola e que 99% das necessidades se encontram supridas, sendo que as escolas TEIP e as que têm contrato de autonomia constituem um universo reduzido.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV.

5. Comunicações do Presidente

5.1. O Sr. Presidente informou que esteve presente, no dia anterior, na Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2014/2015, no Conselho Nacional de Educação.

5.2. Referiu-se à audiência, agendada para o dia 2 de outubro, pelas 14h00, com os representantes da Comissão Permanente da Língua, Educação e Cultura do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo sido aceite a proposta apresentada pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, no sentido de a mesma ser conjunta.

5.3. Foi apreciada a proposta de calendário das audições dos membros do Governo (abaixo), a levar a cabo na 4.^a sessão legislativa, tendo a Comissão manifestado, na globalidade, o acordo em relação à mesma.

Foram, no entanto, apresentadas as seguintes sugestões: o Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) considerou que a última audição do Ministro da Educação e Ciência deveria ser agendada para data posterior, a tempo de permitir uma avaliação do presente ano letivo e o acompanhamento da preparação do próximo.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) chamou a atenção para o hiato de tempo que decorreria, nesse caso, entre a 3.^a audição e a última, lembrando que os Grupos Parlamentares têm a prerrogativa de solicitar a audição dos membros do Governo, sempre que assim o entendam.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) alertou ainda para o facto de a audição do Ministro da Educação e Ciência, no dia 14 de outubro, coincidir com a data e hora da audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, por existirem Deputados que integram ambas as Comissões.

	1. ^a Audição	2. ^a Audição	3. ^a Audição	4. ^a Audição
MEC	14 de outubro 15h00	A agendar (OE)	27 de janeiro 15h00	21 de abril 15h00
SECultura	A agendar (OE)	13 de janeiro 15h00	A indicar oportunamente	A indicar oportunamente
SEDJ	A agendar (OE)	10 de fevereiro 15h00	14 de abril 15h00	26 de maio 15h00

5.4. O Sr. Presidente informou que foi dirigido à Comissão um pedido de audiência, de Almerindo Lima, sobre a constituição, na Escola Básica do 1.^o Ciclo dos Templários, em Tomar, de uma turma composta exclusivamente por alunos de etnia cigana, cujas idades variam entre os 7 e os 14 anos, entendendo-se que corresponde a uma atitude discriminatória. Cabendo ao CDS-PP o agendamento da audiência, que será aberta a todos os Deputados, foi designado o Sr. Deputado Michael Seufert.

5.5. Foram apreciados os relatórios das seguintes audições/audiências, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos:

- Subscritores da Petição n.º 417/XII – Contra o encerramento da EB1 da Portela, Tentúgal, em Montemor-o-Velho;
- Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital da Guarda – reorganização da rede escolar do 1.^o ciclo.

6. **Petição n.º 414/XII/3^a da iniciativa Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Coimbra – FENPROF, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade - Distrito de Coimbra -15h00**

O Sr. Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos subscritores da petição – Luis Manuel Santos Lobo, Augusto Fonseca Nogueira, João Assunção, José Manuel Cação Gil e Maria de Lurdes de Oliveira Santos – a quem concedeu a palavra, para procederem à sua apresentação.

Os peticionários começaram por afirmar que representam um grupo amplo de entidades do distrito de Coimbra e apresentaram, de seguida, uma síntese dos fundamentos que justificaram a apresentação da Petição:

- Consideram que as escolas públicas passam por muitas dificuldades, devido ao seu subfinanciamento. No caso do distrito de Coimbra, verifica-se o cerco às escolas públicas, através de acordos dos governos com os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, duplicando despesa, mas favorecendo os donos dos colégios.
- Afirmaram que se desconhecem as verbas transferidas para o ensino particular e cooperativo a partir do segundo semestre de 2012.
- Entendem que existe clara promiscuidade de interesses políticos e económicos com responsáveis que autorizaram a construção dos colégios e o paralelismo pedagógico.
- Solicitam que se garanta uma escola pública de elevada qualidade para todos, entendendo que o valor das verbas distribuídas às escolas privadas garantiria a qualidade da oferta educativa nas escolas públicas.
- Reclamam o término dos contratos de associação, quando na área exista oferta pública, e ainda a avaliação, pelo Parlamento, das iniciativas na Região de Coimbra “na promoção do ensino privado em detrimento da escola pública”, solicitando a divulgação pública dos resultados;
- Exigem que a distribuição de alunos por turmas no ensino particular e cooperativo só possa ocorrer quando as escolas públicas já não possam receber mais alunos e pedem a constituição de equipas multidisciplinares nas escolas públicas, por forma a garantir uma efetiva igualdade de oportunidades dos alunos e melhoria do funcionamento e segurança das escolas.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) saudou os peticionários pela forma como retrataram a situação e considerou que a responsabilidade primordial do Estado deve ser a garantia de uma escola pública de qualidade. Assim, defendeu a necessidade de se fazer uma reflexão séria sobre as zonas onde existe duplicação de financiamento e de se repensar o papel das escolas privadas. Em relação ao distrito de Coimbra, afirmou existirem muitas escolas privadas, mas também muitas escolas públicas com muito bons resultados. Terminou, com uma referência às insinuações pessoais que foram feitas, entendendo que esse é um assunto que caberá aos Tribunais.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) saudou os peticionários e afirmou que o PSD defende uma educação de qualidade para todos os alunos, quer seja na escola pública, quer privada, e que os contratos de associação são instrumentos que conferem aos pais o direito de escolha da escola para os seus filhos. Lembrou que este Governo reduziu o financiamento ao ensino privado, na ordem dos 199 milhões de euros, desde 2011, o que corresponde a uma preocupação de ajustamento do financiamento às escolas. Referindo-se ao distrito de Coimbra, afirmou que existem boas escolas públicas, mas também escolas privadas idóneas e que cumprem um papel fundamental.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) cumprimentou os peticionários e afirmou que os contratos de associação financiam as escolas privadas para prestarem um serviço público, lamentando que estas escolas correspondam a apenas 3% da rede nacional. Sublinhou ainda a importância destas escolas ao nível da liberdade de escolha das famílias e da diversidade de projetos educativos e terminou, afirmando que as ilegalidades referidas constituem matéria judicial.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou os peticionários pela iniciativa, que denuncia o incumprimento do artigo 75.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Sistema Educativo. Afirmou que a redução registada no financiamento ao ensino particular e cooperativo, na ordem dos 46 milhões de euros, desde 2011, se encontra muito abaixo da redução verificada nas escolas públicas, correspondente a 1327 milhões de euros, no mesmo período. Terminou, rejeitando o financiamento do ensino privado com recursos públicos, entendendo que devem ser canalizados para a escola pública.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) cumprimentou os peticionários e afirmou que não são os pais que escolhem a escola dos seus filhos, mas antes as direções das escolas privadas que escolhem os seus alunos, exemplificando com o caso dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), alunos problemáticos ou com maus resultados, que são rejeitados em muitas destas escolas. Considerou que o problema está em financiar o que é privado,

recorrendo a dinheiros públicos, e que os cortes nos contratos de associação são desproporcionais relativamente aos cortes registados nas escolas públicas. Terminou, referindo que os casos de interpenetração e promiscuidade de interesses políticos e económicos devem ser analisados nos Tribunais.

Os peticionários reafirmaram que o financiamento aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo gera uma enorme injustiça, acabando os mais desfavorecidos por pagar a educação dos que menos precisam. Por outro lado, afirmaram, os instrumentos e os alunos das escolas públicas e privadas não são os mesmos, pelo que os resultados são diferentes.

Referiram-se ainda à degradação das condições das escolas públicas, por força da redução do financiamento e do número de professores, e consideraram que o dinheiro entregue aos privados permitiria assegurar melhores condições aos alunos das escolas públicas, sendo que se está a duplicar o financiamento.

Concluíram, reafirmaram que o ensino privado é fundamental, mas não pode ser pago com dinheiros públicos, com exceção dos casos em que a escola pública não responda às necessidades do sistema.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

7. **[Petição n.º 403/XII/3ª](#) da iniciativa do Sindicato dos Professores da Região Centro – Direção Distrital de Castelo Branco – FENPROF**, Moralizar a utilização de dinheiros públicos. Pôr fim aos privilégios do ensino privado. Em defesa da escola pública de qualidade – Distrito de Castelo Branco

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. **[Petição n.º 407/XII/3ª](#) da iniciativa da APEPN - Associação de Pais e Encarregados de Educação** dos Alunos da Escola Básica e Jardim de Infância Parque das Nações, Solicitam a construção urgente da 2.ª fase da Escola Parque das Nações.

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

9. **[Petição n.º 417/XII/3ª](#) da iniciativa de Toni Leitão Duarte**, Contra o encerramento da EB1 da Portela, Tentúgal, em Montemor-o-Velho

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

10. **[Petição n.º 423/XII/3ª](#) da iniciativa de Nuno Miguel Gonçalves Ribeiro**, que solicitam a anulação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Competências

Foi apreciada a nota de admissibilidade, tendo a Petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) sugeriu que fosse pedida pronúncia também aos sindicatos e associações profissionais que representam os professores, o que foi aceite.

Cabe ao PEV a indicação do relator.

11. **[Petição n.º 424/XII/3.ª](#)**, da iniciativa da Associação de Arqueologia Industrial, visando a salvaguarda do Museu da Cortiça

Na sequência da desistência do peticionário, a Comissão aprovou, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE a nota de admissibilidade, que propõe que seja declarada finda a Petição e se proceda ao seu arquivamento.

12. **Projeto de Resolução n.º 1099/XII, do PCP**, Recomenda ao Governo a anulação dos efeitos do processo de avaliação das unidades de I&D realizado pela FCT

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Maria José Castelo Branco (PSD), Elza Pais (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Luís Fazenda (BE).

A informação resultante do debate encontra-se disponível no [processo do Projeto de Resolução](#).

13. **Projeto de Resolução n.º 1102/XII, do PCP**, Assegura que nenhum professor é penalizado ou prejudicado em concurso de colocação em virtude da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades e garante a atribuição de componente letiva a todos os docentes dos quadros, contribuindo para uma Escola Pública de Qualidade.

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Sra. Deputada Rita Rato (PCP) e intervieram depois no debate os Deputados Isilda Aguincha (PSD), Agostinho Santa (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Luís Fazenda (BE).

A informação respeitante ao debate está disponível no [Projeto de Resolução n.º 1102/XII \(3.ª\)](#).

14. **Relatório de atividades da CECC, referente à 3.ª sessão legislativa**

O relatório de atividades da Comissão referente à 3.ª Sessão Legislativa foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE.

15. **Congresso Debate sobre Cinema e Audiovisual**, na Assembleia da República em 2014.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) apresentou a proposta de programa do Congresso que lhe foi remetida pelos proponentes, informando que os mesmos têm abertura para lhe introduzirem alterações. Tendo as Deputadas Inês de Medeiros (PS) e Rita Rato (PCP) apresentado várias propostas de alteração, foi consensualizado que o assunto seria analisado com os proponentes e depois remetida nova proposta, para apreciação na reunião seguinte da Comissão.

16. **Fórum da Juventude Europa-Lusofonia** a realizar na Assembleia da República dia 10 de outubro de 2014, pelas 17h00

Tendo sido analisada a representação da Comissão no Fórum, incluindo as indicações de Deputados feitas na reunião anterior, bem como as delegações já conhecidas de 3 outras Comissões, foi consensualizado investigar se a entidade organizadora do Fórum previa a participação de 2 Deputados por Comissão ou de um número superior, eventualmente sem limite, para posterior deliberação sobre a matéria.

17. **Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

18. **Data da próxima reunião**

30 de setembro de 2014

A reunião foi encerrada às 17:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)

Ata aprovada na reunião de 30 de setembro de 2014.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
Diana Ferreira
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Rosa Arezes